

## VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

pelos valores de Abril e um Portugal soberano

## Reflectir e lutar para avançar

A 3ª Conferência Sindical, na qual participarão centenas de delegados eleitos nos locais de trabalho, é um acontecimento maior da vida do sindicato. Este é também o fórum mais representativo dos trabalhadores da Administração Local onde, além da reflexão sobre os problemas do sector, serão debatidas as propostas para prosseguir a luta e avançar na conquista de direitos.

O país vive hoje um quadro económico e social bem distinto daquele que se vivia antes das últimas eleições legislativas em finais de 2015. Nunca é demais lembrar que a maioria PSD/CDS deixou um rasto de destruição económica, social e laboral devastador. Foi um período negro e trágico que os trabalhadores não devem esquecer.

A luta do povo português e dos trabalhadores, em particular da Administração Local, conduziu à derrota desse nefasto governo e criou uma relação de forças mais favorável na Assembleia da República, permitindo a reposição e conquista de direitos, de que se salientam: o restabelecimento das 35 horas e dos feriados roubados; o aumento, ainda que insuficiente, do salário mínimo nacional; a eliminação da sobretaxa de IRS e do regime da requalificação; o início do combate à precariedade e o descongelamento das progressões das carreiras; a eliminação das restrições à contratação de trabalhadores nas autarquias. Acrescem ainda medidas de enorme alcance social, com destaque para a gratuitidade dos manuais escolares e a redução dos preços dos passes dos transportes.

Porém, com o avanço da legislatura, que está prestes a terminar, também se comprovou que só não foi possível avançar mais porque o governo minoritário do PS preferiu juntar-se ao PSD e ao CDS na submissão à União Europeia e ao grande capital, negando recursos financeiros indispensáveis à melhoria dos salários, à valorização das carreiras, ao reforço dos serviços públicos e ao investimento, canalizando-os em vez disso, para o objectivo do défice zero, para salvar o sector financeiro e o pagamento das ruinosas PPP. Finalmente, e como marca negativa desta legislatura, fica ainda a imposição, com apoio do PSD e a cumplicidade da Associação Nacional de Municípios, da transferência de competências para as autarquias e de desresponsabilização do Estado em áreas cruciais, como a saúde, a educação, a protecção social, entre outras, ignorando uma vez mais a Regionalização como questão crucial para uma efectiva descentralização.

Se há conclusão a retirar deste ciclo político, é que a conquista de direitos, a reposição de rendimentos, a elevação dos salários, das pensões e dos apoios sociais, são o caminho para assegurar o crescimento económico e o progresso e não o inverso, sendo evidente também que muitas expectativas ficaram por cumprir e que muitos e graves problemas ficaram por resolver, pelo que a luta reivindicativa e a sua intensificação será determinante para assegurar e alcançar mais direitos e para exigir uma justa distribuição da riqueza.

DICPS | N.º11 | Junho 201



No próximo dia 6 de Outubro, seremos chamados a eleger a futura composição da Assembleia da República e consequentemente, a formação do governo. É por isso fundamental esclarecer desde já que, se os problemas persistem e os serviços públicos se degradam é porque o PS persiste, externamente na submissão à União Europeia e ao euro, e internamente na convergência com o PSD e o CDS e os interesses do grande capital.

É preciso deixar claro que, as medidas que permitiram melhorar as condições de vida das populações, dos trabalhadores e do povo só foram adoptadas porque os partidos à esquerda obrigaram o PS a fazê-lo já que, por sua estrita vontade, não o faria, e porque os trabalhadores nunca deixaram de lutar. É necessário igualmente denunciar as tentativas de branqueamento das responsabilidades do PSD e CDS que, defendendo hoje o contrário do que fizeram no passado, e tanto mal fizeram, aparecem hoje demagogicamente a explorar as justas insatisfações das populações, aproveitando a incapacidade política do governo do PS para resolver os problemas.

As próximas eleições para a Assembleia da República terão pois de ser encaradas como um momento de luta para dar mais força na Assembleia da República às forças políticas de esquerda que, de forma consequente, defendem os interesses dos trabalhadores e do País, combatem os retrocessos das políticas de direita e só elas conseguem assegurar novos avanços e contribuir para a construção de uma alternativa política de esquerda.

## Um sindicato mais forte para intervir melhor

A política de empobrecimento e destruição de direitos imposta pelo governo anterior do PSD/CDS também se reflectiu no sindicato. Contudo, o STAL resistiu e a sua intervenção foi decisiva para derrotar essa brutal ofensiva.

Hoje, não obstante os avanços, a situação continua marcada por graves problemas que atingem os trabalhadores, como a desvalorização dos salários e das carreiras, a precariedade, a ausência de regulamentação e aplicação de suplementos, um sistema injusto de avaliação de desempenho, a degradação/privatização dos serviços públicos, o bloqueio da contratação colectiva, no sector público e no privado, a que se somam outros, como o "roubo" dos pontos aos trabalhadores que passaram para a 4.ª posição remuneratória e o processo em curso de descentralização/municipalização de funções sociais do Estado.

A Conferência será também por isso um momento de luta com a aprovação das prioridades reivindicativas pelas quais continuaremos a bater-nos.

O STAL é a mais representativa organização sindical do sector. Os trabalhadores confiam em nós. Confiança que resulta da acção coerente e firme na defesa dos seus direitos.

Os próximos tempos serão muito exigentes, pelo que as eleições para os órgãos nacionais e regionais do STAL, para o quadriénio 2019 — 2023, que terão lugar no final do ano, necessitarão do empenho e da participação de todos.

Confiantes de que assim será, continuaremos a reafirmar o STAL como um sindicato reivindicativo, combativo, unitário e de massas, profundamente ligado aos trabalhadores e à defesa intransigente dos seus direitos, à causa do Poder Local Democrático, dos valores de Abril, da construção de um Portugal soberano e com futuro!





